

ATA N. 1 / 2025 SESSÃO ORDINÁRIA 2025 - ASSEMBLEIA DA FREGUESIA

No dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia da Freguesia de S. Faustino, nas instalações da sede da Junta de Freguesia de São Faustino.

Presidiu à reunião o Senhor Manuel Carlos Gomes da Silva, tendo a mesma sido secretariada pela primeira secretária Cláudia Isabel Monteiro Azevedo e pelo segundo-secretário Jorge Francisco Gomes da Silva. - Estiveram, também, presentes os seguintes Membros: Elisabete Maria Vale da Cunha pertencente ao Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata; os senhores José Luís Ferreira Gomes, Gina Maria de Castro Gomes e Domingos Manuel Pinto Silva pertencentes ao Grupo Parlamentar do PS - Partido Socialista.

Estiveram ainda presentes, os elementos do Órgão Executivo composto pelo seu Presidente, Rui José Alves Monteiro, pela Secretária Francisca Inês Dias Fernandes e pelo Tesoureiro, João Manuel Silva da Cunha. -

Depois de ter saudado os presentes, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão.

O Presidente da Assembleia questionou todos os presentes se tinham alguma coisa a dizer antes de começar a ordem de trabalhos pelo que, o membro pertencente ao Grupo Parlamentar do PS, Gina Maria de Castro Gomes, mencionou que não estava em ata a ausência de aprovação do fecho de contas do período de um de janeiro de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de outubro de dois mil e vinte e cinco e que desta forma queria deixar claro que todos os elementos do seu Grupo Parlamentar queriam fazer cumprir a lei, visando a sua aprovação. O Presidente da Assembleia deu voz ao membro do Executivo, Rui José Alves Monteiro para responder a esta questão, à qual, este informou que tal como combinado, após a Sessão Extraordinária que decorreu no dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e cinco, tentou entrar em contacto via telefone (chamada), com a contabilista do anterior executivo, mas sem sucesso. Deste modo, decidiu enviar uma mensagem escrita a questionar e a mesma respondeu que havia enviado o fecho de contas no dia três de novembro para o antigo email da junta, email este que ninguém encontra. Informou também que a contabilista disse que o fecho de contas estava aprovado pelo Tribunal de Contas. O membro pertencente ao Grupo Parlamentar do PS, José Luís Ferreira Gomes, interveio dizendo que quando receberam a informação da aprovação de contas foi dois dias antes da tomada de posse e deste modo não foi possível convocar uma Assembleia nos prazos legais. O membro do Executivo Rui José Alves Monteiro, toma voz afirmando que o não pode proceder a uma aprovação que não é da sua responsabilidade.

De seguida, o Presidente de Assembleia passou à leitura da convocatória da reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

UM – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA REALIZADA EM 28/11/2025-----

DOIS – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2026-----

TRÊS – APROVAÇÃO DA TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS DA FREGUESIA PARA O ANO DE 2026-----

QUATRO – APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº8/12, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº127/12, DE 21 DE JUNHO);-----

CINCO – APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIAS-----

SEIS – APROVAÇÃO DO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, PARA A TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS DESAGREGADAS-----

UM – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA REALIZADA EM 28/11/2025-----

O Presidente da Assembleia apresentou o primeiro ponto da ordem de trabalhos e perguntou se havia intervenções antes da votação. O membro pertencente ao Grupo Parlamentar do PS, Gina Maria de Castro Gomes, criticou a ata por conter datas em formato numérico em vez de por extenso e por não refletir fielmente o que ocorreu, resumindo excessivamente as intervenções, manifestando ainda a expectativa de que tal não se repita em atas futuras.-----

O Presidente de Assembleia, Manuel Carlos Gomes da Silva, prossegue questionando quem vota contra, manifestando tal interesse os membros do Partido Socialista a sua vontade (três membros). Questiona, ainda, quem vota a favor e os membros pertencentes ao Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata confirmam o voto a favor (quatro membros).-----

O ponto um ficou aprovado, **POR MAIORIA**, com 3 votos contra dos membros do Grupo Parlamentar do PS – Partido Socialista e com 4 votos a favor dos membros do Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata.-----

DOIS – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2026-----

O Presidente de Assembleia leu o ponto dois da ordem de trabalhos e questionou se algum dos presentes tinha alguma coisa a dizer antes de passarmos à votação.-----

A deputada do PS, Gina Maria de Castro Gomes, considerou os documentos adequados, apontando apenas que, no ponto “Investimento - Obras”, não são especificadas as intervenções previstas. O membro do Executivo, João Manuel Silva da Cunha, esclareceu que os valores apresentados são apenas provisórios, acrescentando o membro, Francisca Inês Dias Fernandes, que, como tal, ainda não dispõem de uma base orçamental definida.-----

O Presidente de Assembleia Manuel Carlos Gomes da Silva, passa para a votação questionando quem vota a favor e os membros pertencentes ao Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata confirmam o voto a favor (quatro membros). Segue questionando quem vota contra e os membros do Partido Socialista confirmam o voto contra, e acaba questionando quem se abstém e ninguém se manifesta.-----

O ponto dois ficou aprovado, **POR MAIORIA**, com 3 votos contra dos membros do Grupo Parlamentar do PS – Partido Socialista e com 4 votos a favor dos membros do Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata.

TRÊS – APROVAÇÃO DA TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS DA FREGUESIA PARA O ANO DE 2026

O Presidente de Assembleia leu o ponto três da ordem de trabalhos e questionou se algum dos presentes tinha alguma coisa a dizer antes de passarmos à votação.

O membro pertencente ao Grupo Parlamentar do PS, Gina Maria de Castro Gomes, questionou a justificação perante o aumento do valor das taxas presentes na nova tabela. O membro do Executivo Rui José Alves Monteiro (Executivo) justificou-o com os valores atualmente baixos, que incentivam a procura e podem levar à necessidade de construir um novo cemitério, solução mais dispendiosa, acrescentando que os preços estão abaixo dos das freguesias vizinhas.

O membro pertencente ao Grupo Parlamentar do PS Gina Gomes contestou, afirmando que a Lei 53-E/2006 exige um estudo económico-financeiro prévio para fundamentar quaisquer alterações do valor das taxas, o qual não foi realizado. O membro do Executivo, Francisca Inês Dias Fernandes, contrapôs com a comparação com outras freguesias e a inflação, mas assumiu a revisão do tema, comprometendo-se a verificar as questões técnicas com a contabilista para se encontrarem em regularidade, sendo o ponto retirado da ata por consenso, sem votação.

QUATRO – APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/12, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/12, DE 21 DE JUNHO);

O Presidente de Assembleia leu o ponto quatro da ordem de trabalhos e questionou se algum dos presentes tinha alguma coisa a dizer antes de passarmos à votação.

O membro pertencente ao Grupo Parlamentar do PS, Gina Maria de Castro Gomes, responde que nada tem a dizer sobre este ponto e o Presidente de Assembleia passa para a votação. Este questiona quem vota a favor e todos os elementos (sete) votam a favor, questiona quem vota contra e nenhum elemento responde, questiona quem se abstém e novamente nenhum elemento se pronuncia.

O ponto quatro ficou aprovado, por **UNANIMIDADE**, com sete votos a favor. Três votos dos membros do Grupo Parlamentar do PS – Partido Socialista e quatro votos dos membros do Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata.

CINCO – APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIAS

O Presidente de Assembleia leu o ponto cinco da ordem de trabalhos e questionou se algum dos presentes tinha alguma coisa a dizer antes de passarmos à votação.

O membro pertencente ao Grupo Parlamentar do PS, Gina Maria de Castro Gomes, solicitou esclarecimentos e sugeriu melhorias ao regimento, apontando que o artigo 16.º, n.º 3, fixa o envio das atas no prazo de oito dias, sem indicar se são úteis ou seguidos. Francisca Inês Dias Fernandes esclareceu que se tratam de dias seguidos.

Gina Gomes questionou ainda os prazos aplicáveis às sessões extraordinárias, ao que o membro do Executivo, Francisca Fernandes, respondeu que, conforme consta num artigo previsto no regulamento, na ausência de especificação no regimento, aplica-se a lei geral em vigor, que define os prazos tanto para sessões ordinárias como extraordinárias.

O membro pertencente ao Grupo Parlamentar do PS, Gina Maria de Castro Gomes, apontou um erro na alínea c) do artigo 21.º, que refere “união”, solicitando a sua correção, tendo o mesmo sido corrigido no

momento pelo membro do Executivo Francisca Inês Dias Fernandes. Assinalou ainda que a mesma alínea prevê a intervenção do público “antes” da ordem do dia, quando, segundo a prática, deveria ocorrer “depois”. Rui José Alves Monteiro explicou que a opção por “antes” visava evitar longas esperas do público em sessões potencialmente demoradas, permitindo a resolução rápida de questões simples, além das limitações do espaço. Ainda assim, manifestou abertura à alteração. Perante o consenso dos membros, foi decidida a substituição de “antes” por “depois”.-----

Deste modo, o Presidente de Assembleia passa para a votação questionando quem vota a favor e tanto os membros do Grupo Parlamentar do PS- Partido Socialista (três), como os membros do Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata (quatro) afirmam a aprovação. O ponto cinco ficou aprovado, por **UNANIMIDADE**, com sete votos a favor. -----

SEIS – APROVAÇÃO DO ATO DE TRANSFERÊNCIA DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, PARA A TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS DESAGREGADAS -----

O Presidente de Assembleia leu o ponto seis da ordem de trabalhos e questionou se algum dos presentes tinha alguma coisa a dizer antes de passarmos à votação. -----


O membro pertencente ao Grupo Parlamentar do PS, Gina Maria de Castro Gomes, declarou concordar com a aprovação, mas criticou a falta de envio dos documentos e a inclusão de um ponto desajustado à realidade da freguesia, nomeadamente, a gestão e manutenção corrente das feiras e mercados, defendendo que não deveria constar da convocatória e apontando ainda a divulgação indevida de dados num email. Francisca Fernandes esclareceu que seguiu as indicações da Dra. Graça da Câmara Municipal de Guimarães, que era suficiente o envio do email e sugeriu a sua partilha para comprovar a origem oficial do documento. Gina Gomes manifestou estranheza, mas não apresentou contestação. -----

Deste modo, o Presidente de Assembleia passa para a votação questionando quem vota a favor e tanto os membros do Grupo Parlamentar do PS – Partido Socialista (três), como os membros do Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata (quatro) afirmam a aprovação. O ponto seis ficou aprovado, por **UNANIMIDADE**, com sete votos a favor. -----

Não foram colocadas mais questões, pelo que foi deliberado aprovar em minuta o texto das deliberações constantes da presente ordem de trabalhos, a fim de produzir efeitos imediatos. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Às vinte e uma horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco, e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia encerrada a sessão.-----

PRESIDENTE


(Manuel Carlos Gomes da Silva)

PRIMEIRA SECRETÁRIA


(Cláudia Isabel Monteiro Azevedo)

SEGUNDO SECRETÁRIO

Jorge Francisco Gomes da Silva

(Jorge Francisco Gomes da Silva)